



# Amanhar a Terra Arqueologia da Agricultura

(do Neolítico ao Período Medieval)

# AMANHAR A TERRA. ARQUEOLOGIA DA AGRICULTURA

[Do Neolítico ao Período Medieval]

COORDENAÇÃO
Isabel Cristina Fernandes
Michelle Teixeira Santos
Miguel Filipe Correia

MUNICÍPIO DE PALMELA Palmela, 2021

# **FICHA TÉCNICA**

Título: Amanhar a Terra. Arqueologia da Agricultura [Do Neolítico ao Período Medieval]

Coordenação: Isabel Cristina Fernandes | Michelle Teixeira Santos | Miguel Filipe Correia

Edição: Município de Palmela | 2023

Largo do Município 2951-505 Palmela

+351 212 336 640 | patrimonio.cultural@cm-palmela.pt

Grafismo da capa: Jorge Ferreira

Revisão: Isabel C. F. Fernandes | Michelle Teixeira Santos | Miguel Filipe Correia

Composição e diagramação: Hugo Rios e José Luís Santos

Impressão e acabamento: ARTIPOL - Artes Tipográficas, Lda. | www.artipol.net

ISBN: 978-972-8497-89-7 Depósito Legal: 517380/23 Tiragem: 500 exemplares

Copyright ©, 2023, os autores.

Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização do(s) autor(es), nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de Março, com as alterações subsequentes. Em powerpoints de carácter científico (e não comercial) a reprodução de imagens ou texto é permitida, respeitando a origem e autoria do texto ou imagem, expressamente indicadas na reprodução.

Todos os direitos reservados para a Língua Portuguesa por Câmara Municipal de Palmela.

## Os primeiros agricultores e pastores nas Faldas da Serra de S. Mamede, Alentejo - Portugal

Jorge de Oliveira\*

### Resumo

Nesta comunicação tentamos compreender a estratégia de ocupação dos solos da área envolvente da Serra de S. Mamede, por parte das primeiras comunidades produtoras, sobretudo a partir dos testemunhos megalíticos e dos raros povoados seus contemporâneos até agora identificados e estudados.

Palavras-chave: Serra de S. Mamede, Neolítico, Agricultura, Pastorícia, Megalitismo

### Abstract

In this communication we try to understand the land occupation strategy in the area surrounding the Serra de S. Mamede, by the first producing communities, especially from the megalithic testimonies and the rare contemporary ocupation identified and studied until now.

Keywords: Serra de S. Mamede, Neolithic, Agriculture, Pastoralism, Megalithism

<sup>\*</sup> CHAIA / Univ. de Évora | pestanaforte@gmail.com

### 1. REFLEXÃO PRIMEIRA

Embora se conheçam milhares de estruturas funerárias das primeiras comunidades produtoras o número identificado de espaços de vivência, seus contemporâneos, é infimamente diminuto.

Haverá que reconhecer que ainda hoje, entre alguns grupos sociais, investe-se mais na arquitetura da morte do que nos espaços de vivência. Verifiquemos que nos tempos atuais, mesmo nas sociedades ditas mais urbanas, comunidades assumidamente nómadas, ou não, que no seu dia a dia vivem em estruturas desmontáveis e, nalguns casos, sem o mínimo de comodidades, maioritariamente obtidas por materiais perecíveis, vão tumular os seus mortos em notáveis

arquiteturas, nalguns casos, disputando a sua volumetria e riqueza com a dos grupos sociais considerados mais favorecidos. Daqui a algum tempo, quando a memória não documentada se apagar, quem observar algumas destas estruturas funerárias tenderá a procurar, nos espaços urbanos, habitações sumptuosas compatíveis com a grandiosidade dos espaços funerários. Certo será que não mais encontrará do que alguns rudimentares "buracos de poste" abertos nos terrenos mais insalubres da periferia das urbes, memórias de acampamentos que aí se levantaram. Contudo, do ponto de vista socioeconómico, o oposto também existe nos nossos dias, especialmente entre aqueles que optam pela cremação, ou como também en-

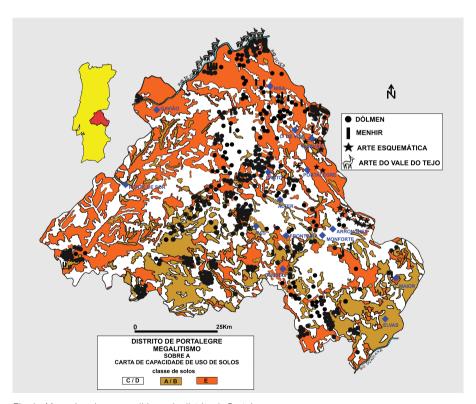


Fig. 1 - Mapa de solos e megalitismo do distrito de Portalegre.

contramos a normal proporcionalidade da arquitetura da morte como reflexo da vida. Nos nossos tempos e na nossa sociedade onde, teoricamente, a liberdade de pensamento e de ação existem, normal é encontrarem-se as mais diversas expressões na arquitetura da morte, sujeitando-se alguns a endividarem-se para construírem exuberantes estruturas funerárias para si, ou para os seus. Estamos, portanto, a assistir a diferentes realidades no que à tumulação diz respeito, não havendo, necessariamente, uma relação direta entre a forma de viver e a forma de ficar pós-morte.

### 2. REFLEXÃO SEGUNDA

Pretenderia esta breve introdução justificar, simplisticamente, o abismal diferencial entre o número de espaços de morte conhecidos das primeiras comunidades agro-pastorís e os respetivos espaços de vivência.

Se centenas de estruturas funerárias das primeiras comunidades produtoras já foram registadas, descritas, escavadas e algumas meticulosamente estudadas, no que se reporta a espaços de vivência o seu conhecimento é assaz diminuto. Naturalmente que a primeira e a mais natural razão prende-se com o que acima foi dito, isto é, a enorme desproporcionalidade entre espaços de morte e espaços de vida conhecidos. Se para os inícios das comunidades com metalurgia se conhecem, razoavelmente bem, os espaços de vivência, alguns protegidos por notáveis estruturas defensivas, também se conhecem, teoricamente, os respetivos sepulcros, mas para o período imediatamente anterior graves lacunas de conhecimento subsistem e especialmente para a região com maior concentração de estruturas funerárias neolíticas no território português, o Alentejo. Dentro deste amplo Alentejo, a zona norte, o Distrito de Portalegre, área marcada pela mais diversificada orografia a sul do Tejo, dominada pelos 1025 metros de altitude da Serra de S. Mamede, pelas fortes pendentes dos seus contrafortes, pelos verdejantes vales encaixados rasgados por copiosos rios e ribeiras e pelos suaves e férteis patamares que se distendem pela peneplanície que os circunda, chegaram até nós notícia de mais de 650 sepulcros megalíticos. Se temos hoje informação deste elevado número de sepulcros, o seu computo original seria, no mínimo, mais do dobro, excluindo agui os que terão sido obtidos em cotas negativas e que ainda não foram registados nesta zona, como os que nos últimos anos têm vindo a ser identificados, em grande número, no Alentejo mais a sul.



Fig. 2 - Anta da Melriça - Castelo de Vide.

No que diz respeito a espaços de vivência neolíticos, normalmente denominados por "povoados", a que deveríamos, naturalmente, chamar "despovoados", escassos testemunhos se conhecem em

Portugal e são, igualmente, muito raros nesta zona norte do Alentejo onde se reconhece uma forte concentração de túmulos. Identificados que foram apenas, pontualmente, alguns espaços que terão sido habitados pelos construtores de dólmenes, torna-se muito difícil inferir os contextos socioeconómicos destas comunidades. Deste amplo Alentejo que envolve a Serra de S. Mamede apenas na área da Coudelaria de Alter foi possível identificar e estudar, em pormenor, testemunhos de povoados atribuíveis aos inícios do Neolítico. Embora tenhamos datas absolutas, sobretudo obtidas a partir de carvões recolhidos na base de monumentos megalíticos desta região, que são concordantes com o Neolítico Antigo, a maioria das datações obtidas em dólmenes resultam da datação de ossos humanos, no interior dos sepulcros, que nos remetem para fases substancialmente mais avançadas no Neolítico e que se distanciam em mais de 2000 anos dos testemunhos de ocupação atribuíveis ao Neolítico Antigo. Reconhecemos, sem margem para dúvida, que estes túmulos megalíticos tiveram uma vida útil e funcional muito longa, provavelmente iniciada a sua construção ainda nos inícios do Neolítico, como nos demonstram as datas de radiocarbono obtidas em amostras recolhidas nas suas fundações. Se assim for, então, até ao momento, e para a zona envolvente da Serra de S. Mamede, apenas foram estudados, ainda que sectorialmente, mas em pormenor, alguns dos testemunhos de povoados dos construtores de megálitos que se preservaram, por condições excecionais, na área da Coudelaria de Alter. Outros locais onde se reconheceram materiais atribuíveis a este período, por exemplo em Marvão, Castelo de Vide e em Portalegre, porque a potência de solo era diminuta, não permitiram obter grandes resultados. Assim, para podermos conhecer os contextos da ocupação da paisagem por parte das primeiras comunidades agro-pastoris da Serra de S. Mamede, teremos que nos socorrer, preferencialmente, da informação indireta que as estruturas funerárias nos facultam, face ao reduzido número de locais de povoamento conhecidos. Estes, como constatámos quando estudámos, em pormenor, os diversos sítios com ocupação na Coudelaria de Alter, revelaram estruturas muito frágeis, encostadas na face nascente e sul a grandes afloramentos, que funcionavam como para-ventos, com solos de cabana elevados por empedrados irregulares, por motivos de isolamento, apresentando ao centro destas cabanas estruturas de fogo. Estas, ou foram obtidas por pedras, quais acumuladores térmicos, com múltiplas fraturas, termoclastos, ou bases de lareira em argila altamente cozida pelo contínuo uso. Estas cabanas, porque protegidas dos ventos predominantes, eram cobertas por matéria vegetal que se encostava aos afloramentos. Para evitar que a água da chuva que escorria pelos afloramentos inundasse os espaços de vivência, elevaram a base das cabanas com empedrados e criaram circuitos de canais de drenagem, estruturados ou não, junto aos afloramentos, para conduzirem as águas para fora do espaço de vivência. Junto a uma das lareiras foi possível reconhecer um forno, construído em argila, com cerca de 50 centímetros de comprimento por 30 centímetros de largura.

Estes e os outros povoados considerados contemporâneos nos inícios do Neolítico, como o do Veloso (Portalegre), o da Tapada do Castelo (Marvão) e Carvalhal, em Castelo de Vide, localizam-se nas imediações de diversos monumentos megalíticos, sejam eles dólmenes, ou menhires. Importa aqui referir que as duas datas absolutas obtidas para carvões preservados na base de menhires,

o da Meada, em Castelo de Vide e o do Patalou, em Nisa, revelaram datas concordantes com as obtidas na base dos dólmenes e portante contemporâneas do Neolítico Antigo, que nos remetem, em datas calibradas, para o 5 ° e mesmo para o 6° milénio antes de Cristo.



Fig. 3 - Anta da Granja - Marvão.

Considerando estas associações entre espaços de vivência e espaços de tumulação, haverá que reconhecer, tal como acima dizíamos, que a monumentalização da morte no Neolítico pouco poderá refletir da vida quotidiana de quem os construiu, ou aí foi tumulado. Pobres e frágeis estruturas de vivência e, paralelamente, imponentes túmulos e gigantescos menhires conviveram na mesma paisagem.



Fig. 4 - Anta de S. Gens 1 - Nisa.

### 3. REFLEXÃO TERCEIRA

Mas que paisagem foi escolhida por estas comunidades neste amplo território envolvente da Serra de S. Mamede?

Se os locais de vivência conhecidos são tão reduzidos, estatisticamente terão pouco significado, contudo, reparamos que eles ocupam solos que hoje poderemos considerar de mediana capacidade agrícola (Classe C e D), em suaves encostas viradas a nascente, ou a sul, junto a nascentes naturais, ou linhas de água, que ainda hoje são de curso permanente, em cotas não muito elevadas, mas com algum domínio visual e sempre junto a afloramentos naturais. Os terras são de fácil mobilização, maioritariamente pouco argilosas. Se estas são as observações possíveis de reconhecer a partir do reduzido número de sítios de ocupação humana, teremos, se quisermos ir mais além, compreender a estratégia da distribuição dos túmulos na paisagem, porque se sepulturas há, povoados terá que ter havido e, como se reconhece nos poucos casos identificados, as estruturas da morte encontravam-se nas proximidades dos povoados. Estes, porque muito frágeis, seguramente porque ainda não se praticava uma sedentarização efetiva devido ao esgotamento dos solos por desconhecimento do pousio da terra e ainda muito dependentes da sazonalidade da recoleção, seriam de tempos em tempos abandonados e, posteriormente, quando a natureza já o consentia, novamente reocupados. Os vestígios destas frágeis construções, na maior parte dos casos, ou não sobreviveram aos impactes das práticas agrícolas posteriores, sobretudo à mecanização da agricultura do século XX, ou ainda não foram identificados na paisagem por deficientes, ou insuficientes projetos de prospeção arqueológica. Perante estas realidades, se quisermos melhor compreender a estratégia da ocupação da paisagem por parte das primeiras comunidades agropastoris, teremos que nos socorrer da cartografia dos túmulos, porque se testemunhos da morte há, vivos nas cercanias teriam que ter existido.



Fig. 5 - Anta do Vale Figueira - Marvão.

Na Região do Alto Alentejo, delimitado a Norte pelo Rio Tejo, a Oriente pela Espanha, a Sul pelos terrenos aplanados dos concelhos de Estremoz, Arraiolos e Mora, já no distrito de Évora e a Ocidente pelas terras de areia do distrito de Santarém, conhecem-se referências para cerca de seiscentos e cinquenta sepulcros megalíticos, uma vintena de menires e dois recintos megalíticos.



Fig. 6 - Anta da Sardinha - Castelo de Vide.

Embora em número elevado, a distribuição desta paisagem megalítica não é uniforme. Grandes concentrações contrastam claramente com vastas áreas para as quais nenhuma referência se conhece. Estas ausências não parecem resultar de falta de prospeções sistemáticas nem de destruições maciças. Outros fatores, que tentaremos descortinar, poderão, de alguma forma, explicar a ausência de monumentos megalíticos.

O norte do Alentejo é marcado do ponto de vista orográfico pela Serra de S. Mamede. Com uma cota máxima de 1025 metros, o pico de S. Mamede é o ponto mais alto a Sul do Rio Teio. Envolve este pico uma cordilheira montanhosa que se orienta, genericamente, no sentido Noroeste - Sudeste, cuia cota média ronda os seiscentos metros de altitude. Para Norte, até ao Rio Tejo, os terrenos vão-se suavizando até se voltarem a enrugar, sobretudo nos vales cavados onde correm linhas de água tributárias do grande rio. Para Sul e Sudeste, a descida altimétrica é mais acentuada para se estabilizar na cota média dos 300 metros, que marca a peneplanície que se começa a espraiar nos concelhos de Monforte, Arronches, Campo Maior e Elvas. Para Ocidente o enrugamento orográfico prolonga-se até ao concelho de Castelo de Vide, ainda em cotas de 500 a 600 metros, para se começar a diluir pelos concelhos de Nisa, Crato e Alter do Chão, ainda em cotas de 300 metros. Mais para Ocidente e Sudoeste, já em terras da Ponte de Sor, Avis, Sousel e Fronteira, a influência da Serra de S. Mamede é praticamente nula. Os terrenos são mais aplanados, com cotas médias estabilizadas entre os 150 a 250 metros, já muito influenciados pelas formações recentes condicionadas pela bacia do médio Tejo.

### 3. REFLEXÃO QUARTA

É neste ambiente que teremos que compreender a continuidade e as ruturas da mancha megalítica do Distrito de Portalegre. Atendendo ao mapa geral de distribuição de monumentos megalíticos denotam-se, de imediato, duas grandes manchas onde a ausência é marcante. A primeira corresponde ao maciço central da Serra de S. Mamede. A segunda estende-se a Ocidente pelas terras de areia que se iniciam a Sul do Gavião e se prolongam por praticamente todo o concelho da Ponte de Sor. No primeiro caso, verifica-se que acima dos 550 metros de altitude não ocorrem testemunhos megalíticos. Trata-se de uma região suficientemente prospetada onde, para além da ausência de vestígios pré-históricos, também e até ao século XVIII, poucos testemunhos foram registados. Corresponde à zona mais acidentada, com fortes pendentes e que devido à altitude apresenta invernos muito rigorosos. Com base nos documentos escritos, até aos inícios do século XIX, sabemos que o coberto vegetal era extremamente denso e praticamente impenetrável. Por outro lado, apresenta, maioritariamente, solos de classe D e E onde a atividade agrícola é quase impraticável. Com um coberto vegetal impenetrável, invernos rigorosos e fortes pendentes, também a pastorícia estava muito limitada. Parece, assim, explicar-se a ausência humana mais antiga nas cotas elevadas da Serra de S. Mamede.



Fig. 7 - Anta da Charca Grande da Reganada - cedillo.

A sub-região do Gavião - Ponte de Sor é outra grande área onde a ausência de

testemunhos megalíticos é mais problemática. Embora já tenham sido desenvolvidas várias campanhas de prospeção por estas terras de areia, que pouco ou nada revelaram, torna-se difícil de entender que as comunidades neolíticas aqui não se tenham estabelecido. Poder--se-á argumentar que se trata de solos sem aptidão agrícola, o que levaria à sua não ocupação por comunidades que da terra tiravam o seu sustento. Contudo, incluem-se na mesma categoria os que bordejam, a Norte, nos concelhos de Nisa e Gavião, o Rio Tejo, mas estes encontram-se polvilhados de pequenos monumentos obtidos por esteios de xisto. Poder-se-á, então, interpretar que a ausência de pedra nos terrenos de areia do concelho de Ponte de Sor terá condicionado a construção de sepulcros megalíticos. Esta explicação não nos parece, no entanto, aceitável. Embora os solos de Nisa, Gavião e os da Ponte de Sor se encontrem classificados, do ponto de vista agrícola, na mesma categoria, notoriamente, os deste último concelho são mais leves e drenados do que os que bordejam o Tejo. Assim, perante a tecnologia agrícola das comunidades neolíticas, seria preferível a utilização destas terras às de solos quase esqueléticos da zona Norte, nas margens do Tejo. Não nos parece aceitável que estas comunidades não se tivessem estabelecido aqui, unicamente, porque as rochas duras estão ausentes. Mais difícil se torna aceitar esta hipótese quando verificamos que, um pouco mais a Sul, ainda no concelho de Ponte de Sor, mas na freguesia de Montargil, se conheçam vários monumentos megalíticos funerários, e até vários menires, implantados numa pequena mancha de rochas granitoides. Não nos parece, deste modo aceitável, que numa tão grande mancha de solos de areia, onde os vales mais irrigados são hoje intensamente aproveitados agricolamente, não tivesse havido ocupação humana durante o Neolítico. Se, de facto, todos reconhecemos que se torna muito difícil identificar povoados deste período e que, até agora, praticamente têm sido os monumentos funerários os indicadores de presença humana das primeiras comunidades agrícolas, haverá que promover novas prospeções nesta região, procurando uma outra variante megalítica que, atendendo ao substrato geológico, não será, seguramente, caracterizada pela utilização de grandes pedras como até agora nos habituámos a ver pelo menos noutras zonas do Alenteio. A inexistência, nesta região, de rochas à superfície terá obrigado as comunidades aqui estabelecidas a optarem por outra arquitetura funerária, provavelmente mais frágil, ou menos monumental e até agora ainda não identificada. Haverá que procurar vestígios de outra forma de tumulação, provavelmente em fossa, coberta por um tumulus formado por calhaus rolados, matéria-prima que abunda por toda esta região, ou hipogeus como os que recentemente começaram a ser registados no Alentejo Sul, zona onde também se dizia inexistirem testemunhos megalíticos. Os investigadores que ao longo dos tempos e até recentemente se têm debruçado sobre esta área, provavelmente não despertos para esta possibilidade, assim como as profundas lavouras que nos últimos anos aqui se têm feito sentir, diluindo pequenas alterações na paisagem, terão contribuído, para que hoje, no mapeamento do megalitismo do distrito de Portalegre, as terras de areias sejam apresentadas em branco.



Fig. 8 - Ídolos-Placa, Anta da Horta de Alter.

Continuando a analisar o mapa geral de distribuição de megálitos no distrito de Portalegre, constatamos que ocorrem, pelo menos, mais três zonas, ainda que menos evidentes, para as quais não existem notícias de sepulcros megalíticos. Trata-se de partes dos concelhos de Alter do Chão, Avis, Campo Maior e Elvas. Contudo, em qualquer destes concelhos, se excetuarmos o de Campo Maior, verificamos que noutras zonas dos mesmos municípios, localizam-se grandes concentrações de monumentos e alguns de grandes dimensões. Sobrepondo a carta da dispersão megalítica sobre a de solos, verificamos que as manchas onde não existe megalitismo coincidem com as terras com melhor aptidão agrícola (solos de classe A e B) e, ao mesmo tempo, onde as rochas duras estão ausentes. Parece, então, depreender-se desta verificação que os construtores de megálitos rejeitaram, claramente, os solos mais pesados e argilosos, quer pela dificuldade de movimentação que apresentariam durante os invernos mais pluviosos, quer pela sua forte compactação na época de estio. A tecnologia agrícola do Neolítico tornava-se inoperante perante esta variedade de solos. Se somarmos a esta realidade uma menor presença de rochas duras, poderemos, provavelmente, encontrar, na conjugação destas situações, a explicação para a ausência de ocupação humana durante o Neolítico e a consequente e normal inexistência de megálitos. Resulta desta demonstração que os solos de classe A e B, assim como as cotas mais elevadas da Serra de S. Mamede, terão sido maioritariamente reieitados pelos construtores de megálitos. Foram, portanto, os solos de média capacidade agrícola (Classe C e D), na perspetiva atual, aqueles que foram preferidos pelas comunidades do Neolítico. Aí erigiram os grandes sepulcros megalíticos, onde a uma câmara poligonal, mais

ou menos regular se acede por um corredor, mais ou menos longo e igualmente mais ou menos orientado em função da sua fase construtiva. Por vezes um significativo desnível altimétrico distingue o corredor da câmara, sendo todo o monumento revestido por uma ampla mamoa. Falamos dos monumentos tradicionalmente denominados por dólmenes e que ocorrem, sobretudo, nos patamares graníticos e peneplanícies envolventes das pendentes mais acentuadas da Serra de S. Mamede e seus contrafortes. Nestes patamares, bem irrigados, os solos, sobretudo nos vales, são propícios a fáceis e fecundas práticas agrícolas, ainda hoje muito aproveitadas para a instalação de hortas e práticas pastoris de redil. Pois é nesta paisagem que abarca os concelhos de Marvão, Castelo de Vide, Crato, Monforte, Arronches, Alter do Chão, Fronteira, Sousel, Elvas, Sul do de Nisa, Gavião e parte do de Campo Maior que se encontram os maiores monumentos megalíticos dando vistas para a Serra de S. Mamede. Nos monumentos megalíticos deste vasto território os tumulados eram acompanhados por ricas e muito diversificadas oferendas fúnebres, muitas delas de importação, sinónimo de permutas a longa distância resultantes de excedentes que a economia local permitia. Esta economia assentava, naturalmente, numa já estruturada agricultura, completada por práticas pastoris de redil e alguma recoleção. Testemunhos materiais desta economia encontramo-los junto aos tumulados, como abundantes recipientes cerâmicos, muitos elementos de mó, machados e enxós de pedra polida de gume largo e líticos lascados aplicáveis à agricultura e à caça.

Na zona mais a norte da Serra de S. Mamede, bordejando o Tejo, os solos são praticamente esqueléticos e quase impróprios para a prática agrícola se excetuarmos alguns terrenos de baixa, regados por ribeiros de curso sazonal. Nesta paisagem temos informações que nos permitem afirmar que quase uma centena de pequenos sepulcros megalíticos aí existiam até às destrutivas campanhas de culturas intensivas, primeiramente de cereais, em meados do Século XX e posteriormente pela frenética plantação de eucaliptos nas décadas de 70' e 80' do mesmo século. Nestes solos a arquitetura megalítica é marcada por pequenas sepulturas obtidas com lajes de xisto organizadas em grandes necrópoles que coroam as principais linhas de cumeada, que se elevam sobre as linhas de água diretamente tributárias do Tejo.



Fig. 9 - povoado da Pedra da Águia - Coudelaria de Alter.

Trata-se, maioritariamente, de estruturas dolménicas em forma de saco sem uma clara diferenciação da câmara e corredor, quer em planta, quer em alçado. Formadas, por norma, por múltiplos esteios, onde nem sempre se destaca um de cabeceira. Eram guarnecidas por uma mamoa formada por pequenas laies de xisto e revestida exteriormente por blocos de quartzo leitoso. Pelas pequenas dimensões dos seus esteios, de fácil transporte e montagem, pelas características dos solos onde se implantam e pela especificidade dos artefactos fúnebres, temos vindo a defender que os construtores destes pequenos sepulcros teriam desenvolvido uma economia

assente, maioritariamente, na pastorícia, o que contribuiu para uma vivência pouco sedentária e portanto incapaz de congregar um número avultado de pessoas, que a construção de um dólmen de grandes, ou mesmo médias dimensões, obrigava. As oferendas fúnebres que se identificam nestes sepulcros parecem corroborar que se reportariam a uma comunidade onde a agricultura não seria a base da sua economia. Rareiam os recipientes de cerâmica e os elementos de mó estão praticamente ausentes. Os líticos polidos apresentam gumes muito mais estreitos e perfurantes do que cortantes, como ocorrem nos monumentos assumidamente comunidades agrícolas. Por outro lado, os espólios de importação, como o cinábrio, sílex, as pedras verdes, os ídolos-placa e artefactos de rochas não locais, estão praticamente ausentes, sinónimo claro duma economia mais deficitária, porque quase unicamente assente na pastorícia.



Fig. 10 - Povoado da Toca da Raposa - Coudelaria de Alter.

Procurando neste distrito outros paralelos para esta realidade, encontramo-los nas imediações de Monforte, no sítio da Rabuje, em Montargil, nas quase desaparecidas antas da Herdade de Portugal (Montargil), na do Couto dos Algarves, no Crato (esta em granito), nas margens do Guadiana, a Sul de Elvas e a nascente de Sousel. Em qualquer destes locais os solos têm pouca aptidão agrícola (classes D e E) e a pastorícia ainda há pouco tempo marcava presença.



Fig. 11 - Menhir do Patalou - Nisa.

Pelo contrário, em solos maioritariamente de classe C e também nalguns de classe D, leves e bem drenados, encontram-se os monumentos de maior dimensão e que marcam, sobretudo pela sua volumetria e riqueza de espólios, a visão tradicional que se tem do Megalitismo Alentejano.

### 5. PARA CONCLUIR

Tem-se vindo a constatar que os monumentos de maior dimensão, por norma implantados em zonas proeminentes, são secundados por outros mais pequenos, denotando-se uma provável hierarquização funerária e que, igualmente, transparece nos conjuntos artefactuais que comportam.

Considerando o investimento em energia necessária à construção dos grandes sepulcros, só comunidades sedentárias, dependendo maioritariamente da agricultura, ainda que secundadas pela caça e pastorícia, poderiam organizar-se e disponibilizar várias dezenas de homens, quando não mais de uma centena, para cortarem, transportarem e montarem blocos de pedra, alguns pesando mais de uma dezena de toneladas.

Assim sendo, parece que a diversidade arquitetónica que se evidencia nos monumentos na Serra de S. Mamede resulta mais da maior ou menor capacidade para congregar a força necessária à construção dos monumentos do que da matéria-prima em que foram construídos.



Fig. 12 - Menhir da Meada - Castelo de Vide.

Com raras exceções verifica-se que a matéria-prima utilizada na construção dos sepulcros corresponde ao substrato geológico onde se implantam. Existem, contudo, alguns casos em que os construtores destes monumentos optaram pela incorporação de esteios, ou coberturas obtidas a, por vezes, quase

uma dezena de quilómetros de distância. Como exemplo desta situação registe-se a Anta dos Pombais, em Marvão, situada em solos xistosos das margens do Sever, formada por esteios extraídos localmente, mas cuja cobertura da câmara é talhada em granito.

A partir dos testemunhos funerários e sobretudo do seu posicionamento sobre os diferentes tipos de solos já podemos deduzir algumas características da sua organização económica, onde a agricultura / horticultura, a pastorícia, a caça e a recoleção de vegetais, onde se parecem isolar sistemas económicos distintos e, por conseguinte, práticas rituais diversas. Se a estas realidades somarmos a presença dos menhires, que nesta região, os até agora identificados, pela sua expressiva morfologia se inscrevem num universo diretamente relacionado com a fecundidade e implantados em solos de mediana capacidade agrícola, nas imediações dos sepulcros de maior dimensão, estão, portanto diretamente relacionado com as primeiras comunidades que da terra tiravam o sustento. Igualmente é interessante constatar que os dois únicos menhires até hoje datados se localizam na área em apreço e as suas datas remetem-nos, exatamente para os inícios do Neolítico, altura em que a dependência das práticas agrícolas se começava a acentuar em que o esgotamento dos solos seria uma constante e alarmante situação. Decorrente desta desesperada infertilidade da terra devido a contínuos cultivos teriam as gentes neolíticas, aqui estabelecidas, tentado refecundar os solos com a inclusão de grandes falos em pedra no interior da terra mãe? O que em boa verdade sabemos é que a moda de erguer grandes falos de pedra em suaves encostas viradas a nascente deixou de ser usual em meados no Neolítico. Por essa altura assistimos aos "ultrapassados" menhires

a serem desfuncionalizados e a incorporarem, os maiores truncados e os mais pequenos diretamente inseridos em estruturas funerárias megalíticas, mas já sem a carga simbólica que anteriormente possuíram. Terão os homens, logo em meados do Neolítico, compreendido que não era com o enorme esforço de cortar, talhar e penetrar a terra com gigantescos falos de pedra que a terra se regenerava? Terão descoberto o pousio nessa altura?

### **BIBLIOGRAFIA DE SUPORTE**

- BOAVENTURA, Rui (2000) «A geologia das antas de Rabuje, Monforte, Alentejo». Revista Portuguesa de Arqueologia, IPA, 3, Lisboa, p. 15-23.
- BOAVENTURA, Rui (2006) «Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2». Revista Portuguesa de Arqueologia, IPA, 9 (2), Lisboa, p. 61-73.
- BUENO, Primitiva (1988) Los Dolmenes de Valencia de Alcantara. Excavaciones Arqueológicas en España, n.º 155, Madrid: Ministerio de Cultura.
- BUENO, Primitiva (1986) «Megalitismo en Extremadura». In Actas de la Mesa Redonda sobre Megalitismo Peninsular, España-Portugal (1984).
- BUENO, Primitiva (1987) «Megalitismo en Extremadura: estado de la cuestion». In Actas de la Mesa Redonda El Megalitismo en la Peninsula Ibérica. Madrid, p. 73-84.
- BUENO, Primitiva (1989) «Camaras Simples en Extremadura». *In XIX Congreso Nacional de Arqueología* (1987), Castellón de la Plana.
- CANINAS, João C. Pires e HENRIQUES, Francisco J. (1985) «Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa». In Actas das 1.ºs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, Portalegre: Comissão Regional de Turismo e Câmara Municipal de Castelo de Vide.
- DIAS, Ana Carvalho e OLIVEIRA, Jorge Manuel (1981) Monumentos Megalíticos do

- Concelho de Marvão. Portalegre: Assembleia Distrital de Portalegre.
- FEIO, Mariano e ALMEIDA, Graça (1980) A Serra de S. Mamede Estudo de Geomorfologia, (Separata de) Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, Vol. XV, Lisboa.
- FERNANDES, A. Peinador e PERDIGÃO, J. Correia (1973) Carta Geológica de Portugal -Notícia Explicativa da Folha 28-D - Castelo de Vide. Lisboa: Serviços Geológicos.
- GONÇALVES, Francisco (1971) «Subsídios para o conhecimento geológico do Nordeste Alentejano», *Memória* n.º 18, Nova Série, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa.
- GONÇALVES, Vitor *et al.* (1981) «Anta dos Penedos de S. Miguel (Crato), Campanha 1- (81)», *Clio*, vol. 3, INIC, Lisboa.
- HENRIQUES, Francisco J. R. e CANINAS, João C. P. (1980) - Contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Vila Velha de Ródão: N.R.I.A.
- HENRIQUES, Francisco J. R. e CANINAS, João C. P. (1986) - Nova contribuição para a carta arqueológica dos concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa. Vila Velha de Ródão: N.R.I.A.
- ISIDORO, A. Farinha (1966) «Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1966) «Contribuição para o Estudo da Arqueologia do Concelho de Alter do Chão (Alto Alentejo)». *In IV Colóquio Portuense de Arqueologia*, (1965), Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1967) «Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) II». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 20, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1969) «Antas do Concelho de Portalegre». *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, n.º 21, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1970) «Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) III». *Anais da Faculdade de Ciências*, n.º 54, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1971) «Escavações em dólmenes do Concelho do Crato (Alto Alentejo) IV». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, n.º 22, Porto.

### AMANHAR A TERRA. ARQUEOLOGIA DA AGRICULTURA

- ISIDORO, A. Farinha (1973) «Esboço Arqueológico do Concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos Elementos (IV)». *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, n.º 20, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1973) «Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) - V». *Trabalhos de Antropologia* e *Etnologia*, n.º 17, Porto.
- ISIDORO, A. Farinha (1975) «Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) VI». *Trabalhos do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia*, n.º 29, Porto.
- LEISNER, George e Vera (1956) *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen* (1). Berlin: Walther de Gruyter.
- LEISNER, George e Vera (1959) *Die Megalithgraber Iberischen Halbinsel. Der Westen* (2). Berlin: Walther de Gruyter.
- LEISNER, George e Vera (1956) *Die Megalith*graber Iberiscishen Halbinsel. Der Westen (3). Berlin: Walther de Gruyter.
- MONTEIRO, J. Pinho, e GOMES, Mário Varela (1977) «Os Menires da Charneca do Vale do Sobral Nisa». *Revista de Guimarães*, LXXXVII, Guimarães.
- OLIVEIRA, Jorge de (1990) «A Necrópole Megalítica de Montalvão - A Anta da Nave do Padre-Santo». *In Actas das IV Jorna*das Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge de (1993) «Territórios e Variabilidade Megalítica no Nordeste Alentejano». In Actas do 1º Encontro Transformação e Mudança, Cascais-Lisboa: UNIARQ.
- OLIVEIRA, Jorge de (1993) «Reutilizações e Reaproveitamentos de Materiais em Sepulturas Megalíticas do Nordeste Alentejano». In Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. I, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge de (1993) «O Rio Sever e as Fronteiras no 3º Milénio a. C.». In Actas do Seminário Cooperação e Desenvolvimento Transfronteiriço. C. M. de Vila Velha de Ródão, Castelo Branco.
- OLIVEIRA, Jorge de (1993) «Conservação de Monumentos Megalíticos - Aspectos de uma Problemática». *Correio da Natureza*, n.º 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge de (1994) «Intervenções em Monumentos Megalíticos no Nordeste

- Alentejano». In Actas do Encuentro sobre Patrimonio Tansfronterizo, Badajoz: Junta de Extremadura / IPPAAR (no prelo).
- OLIVEIRA, Jorge de (1995) Sepulturas Megalíticas del Termino Municipal de Cedillo - Província de Cáceres. Cáceres: Edición del Ayuntamiento de Cedillo.
- OLIVEIRA, Jorge de (1995) «A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide». *Ibn Maruán*, n.º 5, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (1995) A Recuperação do Menir da Meada - Castelo de Vide. Castelo de Vide: Câmara Municipal de Castelo de Vide. (ed. desenvolvida de artigo da Ibn Maruán).~
- OLIVEIRA, Jorge (1996) «Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever». In Actas do 2.º Congreso de Aqueologia Peninsular, Zamora.
- OLIVEIRA, Jorge (1996) «As pequenas antas de Montalvão e Cedillo». *In Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo de Monsaraz*, Lisboa: C. M. de Reguengos de Monsaraz e UNIARQ.
- OLIVEIRA, Jorge de (1996) «Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever». *In Actas do 2º Congreso de Aqueologia Peninsular*, Zamora.
- OLIVEIRA, Jorge de (1997) Monumentos Megalíticos da Bacia Hidrográfica do Rio Sever. 1.º Vol., Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, Jorge de (1997) «O Menir da Água da Cuba». In Actas das Primeiras Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano, Portalegre - Castelo de Vide.
- OLIVEIRA, Jorge (1999) «Economia e Sociedade dos Construtores de Megálitos da Bacia do Sever». In Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol. III, ADECAP, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge de (1999) «Inventario, Investigación y puesta en Valor de los Dólmenes: Termino Municipal de Cedillo». *In Extremadura Restaurada*, Consejería de Cultura y Patrimonio de la Junta de Extremadura, Mérida.
- OLIVEIRA, Jorge de (2004) «O Megalitismo do Distrito de Portalegre 100 anos depois do inventário de Francisco Tavares de Proença Júnior». In Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares de Proença Júnior, IPM, Lisboa.

- OLIVEIRA, Jorge de (2006) Património Arqueológico da Coudelaria de Alter. Lisboa: Edições Colibri:
- Ed. Colibri / Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, Jorge de e DIAS, Ana Carvalho (1981) - Monumentos Megalíticos do Concelho de Marvão, Portalegre: Edição da Assembleia Distrital de Portalegre.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000) «Menires do Distrito de Portalegre». Extremadura Arqueológica, Número Especial
  de Homenagem a Elias Diegués, Cáceres.
- OLIVEIRA, Jorge de; MURTA, José (1994) «A Anta II de S. Gens (Nisa) - notas de escavação». In Actas das Segundas Jornadas de História do Distrito de Portalegre, Portalegre.
- OLIVEIRA, Jorge de (1998) «Antas e Menires do Concelho de Marvão». *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de (1998) «A Anta de la Joaniña e a da Era de los Guardias no ambiente megalítico da foz do Sever». *Ibn Maruán*, n.º 8, Câmara Municipal de Marvão.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (1999) «Continuidade e Rupturas do Megalitismo no Distrito de Portalegre». *In Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol III, ADECAP, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge de (2001) «O Megalitismo de Xisto da Bacia do Sever Montalvão Cedillo». In Muitas antas pouca gente? Trabalhos de Arqueologia 16, IPA, Lisboa.
- OLIVEIRA, Jorge de; PARREIRA, João; PE-REIRA, Sérgio (2007) - Nova Carta Arqueológica de Marvão. Nº. especial da Ibn Maruán. Lisboa: C. M. de Marvão / Edições Colibri (no prelo).
- OLIVEIRA, Jorge de (2007) «Coudelaria de Alter 3 anos de trabalhos arqueológicos». In Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3.ºº Jornadas. Lisboa: Edições Colibri Câmara Municipal de Fronteira.
- OLIVEIRA, Jorge de (2007) «The Tombs of the Neolithic Artist-Shepherds of the Tagus Valley». In Actas da I Reunión de Estudios sobre la prehistoria reciente en el Tajo internacional. BAR.
- OLIVEIRA, Jorge de; BAIRINHAS, António; BALESTEROS, Carmen (1996) - «Inventário dos Vestígios Arqueológicos do Parque Natural da Serra de S. Mamede». *Ibn Maruán*, n.º 6, Câmara Municipal de Marvão.

- OLIVEIRA, Jorge de; DIAS, Ana Carvalho (1982)

   «O Menir da Água da Cuba notas de escavação». *A Cidade,* n.º 5, Portalegre.
- OLIVEIRÁ, Jorge de; MOITAS, E.; OLIVEIRA, Clara (2011) «Monumentos Megalíticos do Concelho de Arronches». *In Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as. Jornadas.* Lisboa: Edições Colibri Câmara Municipal de Fronteira, p. 415-424.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (1999)

   «Continuidade e Rupturas do Megalitismo no Distrito de Portalegre». Actas do 3º

  Congresso de Arqueologia Peninsular, Vol III, ADECAP, Porto.
- OLIVEIRA, Jorge de; OLIVEIRA, Clara (2000) «Menires do Distrito de Portalegre». Extremadura Arqueológica". Número Especial de Homenagem a Elias Diegués, Cáceres.
- OLIVEIRA, Jorge de; RIBEIRO, Margarida; PINTO, Mário (2007) «Património Arqueológico em Nisa Revisão do PDM». In Arqueologia do Norte Alentejano. Comunicações das 3as. Jornadas. Lisboa: Edições Colibri Câmara Municipal de Fronteira.
- PERDIGÃO, J. Correia e FERNANDES, A. Peinador (1976) - Carta Geológica de Portugal - Notícia Explicativa da Folha 29-C Marvão. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- PONTIS, Grupo (1999) Carta Arqueológica da Ponte de Sor. Gavião: C. M. de Ponte de Sor.
- RODRIGUES, M. da C. Monteiro (1975) Carta Arqueológica do Concelho de Castelo de Vide. Lisboa: Assembleia Distrital de Portalegre.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias (1953) -«Exploración de Algunos Dólmenes de la Región de Elvas, Portugal». In Congresso Luso-espanhol para o Progresso das ciências, 13°, Lisboa.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias (1956) Algumas notas sobre António Dias de Deus e suas pesquisas arqueológicas no concelho de Elvas. Beja.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias (1955-57)

   «Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas». *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XV, Porto.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias (1957) -«Mais Alguns Dólmenes da Região de Elvas (Portugal)». *In IV Congresso Arqueológico Nacional*, Zaragoza.